

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE 5º ADITAMENTO AO "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, SÉRIE ÚNICA, DA SANTOS BRASIL S. A."**

Pelo presente instrumento particular, como:

**EMISSIONA:** SANTOS BRASIL S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, à Avenida Presidente Wilson, nº 231, 28º andar (parte), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 02.084.220/0001-76, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e como

**AGENTE FIDUCIÁRIO:** PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, à Rua Sete de Setembro, 99 - 16º andar, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 15.227.994/0001-50, nomeado nesta Escritura e nela interveniente, representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto desta 1ª emissão,

vêm por este e na melhor forma de direito, celebrar o presente instrumento de aditamento à escritura de emissão de debêntures, mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

**I - DA AUTORIZAÇÃO**

O presente instrumento é celebrado com base na autorização deliberada (i) pela Assembleia Geral Extraordinária da EMISSORA realizada em 10 de março de 2006 ("AGE 1"), (ii) pela Assembleia Geral Extraordinária da EMISSORA realizada em 06 de abril de 2006 ("AGE 2") e (iii) pela Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 10 de março de 2006 ("AGD 1") e (iv) pela Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 06 de abril de 2006 ("AGD 2").

**II - DO REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

A emissão de debêntures foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis nº 6.385, de 07/12/1976 e nº 6.404, de 15/12/1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

**III - DO REGISTRO DA PRESENTE ESCRITURA**

O presente Instrumento de Escritura Particular de 5º Aditamento será registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA.

**IV - DAS ALTERAÇÕES DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

As deliberações aprovadas pela AGD 1 realizada em 10 de março de 2006 e pela AGD 2 realizada em 06 de abril de 2006, resultaram na inclusão dos itens 5.1., 5.2. e 9.1 da Cláusula IV, relativo ao INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, SÉRIE ÚNICA, DA SANTOS BRASIL S.A.

As deliberações da AGD 1 e da AGD 2 tiveram o objetivo de (a) incluir condição de vencimento antecipado e (b) alterar as condições de conversibilidade das debêntures, incluindo os itens abaixo:

"5.1. O vencimento do pagamento das debêntures será antecipado caso ocorra a Troca de Controle da EMISSORA."

"5.2. Para efeitos do disposto no item 5.1., considera-se "Troca de Controle" qualquer operação ou evento (ou série de operações ou eventos) que resultem na troca de Controle da EMISSORA de forma que nem (i) a Multi STS Participações S.A., sociedade com sede na Avenida Nilo Peçanha, 11, sala 404, parte, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.441.107/0001-14 ("Multi STS") ou o Opportunity Fund, sociedade devidamente organizada e validamente existente de acordo com as leis das Ilhas Cayman ("Opportunity"), individualmente, nem (ii) a Multi STS e o Opportunity, conjuntamente, detenham a maioria dos direitos de participação com direito de voto da EMISSORA ou de outra forma detenham o Controle da EMISSORA. Para fins do disposto neste item 5.2., considera-se Controle, em relação a qualquer pessoa jurídica ou natural, nacional ou estrangeira ("Pessoa"), o poder de dirigir ou dar causa à direção da administração e políticas de tal Pessoa, seja através da propriedade de valores mobiliários com direito a voto, por contrato ou de outra forma."

"9.1. Inobstante o disposto no item 9. acima, a partir da finalizar a data de aditamento que incluiu o item 2.1. e até a data de liquidação do débito pela EMISSORA ("Data de Vencimento das Debêntures"), os debenturistas somente poderão converter as debêntures de que sejam titulares na ocorrência de evento que configure inadimplemento a qualquer das disposições previstas na presente escritura. Verificada tal ocorrência, cada debênture será conversível em 500 (quinhentas) ações ordinárias do capital social da EMISSORA."

#### V - DA RATIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas estabelecidas no INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, SÉRIE ÚNICA, DA SANTOS BRASIL S. A. celebrado em 4 de novembro de 1998, no INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE 1º ADITAMENTO AO "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, SÉRIE ÚNICA, DA SANTOS BRASIL S. A." celebrado em 11 de dezembro de 1998, no INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE 2º ADITAMENTO AO "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, SÉRIE ÚNICA, DA SANTOS-BRASIL S. A." celebrado em 26 de janeiro de 2000, no INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE 3º ADITAMENTO AO "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, SÉRIE ÚNICA, DA SANTOS BRASIL S.A., celebrado em 24 de março de 2003", no INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE 4º ADITAMENTO AO "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, SÉRIE ÚNICA, DA SANTOS BRASIL S. A.", celebrado em 22 de Julho de 2003, de tal modo que a ESCRITURA DE EMISSÃO CONSOLIDADA, contemplando as deliberações aprovadas na AGD 1 de 10 de março de 2006 e na AGD 2 de 06 de abril de 2006, passa a ter a seguinte redação:

(início do texto da Escritura Consolidada)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES, CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, SÉRIE ÚNICA, DA SANTOS-BRASIL S. A.**

Pelo presente instrumento particular, como:

**EMISSORA:**

**SANTOS-BRASIL S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, à Avenida Presidente Wilson, nº 231, 28º andar (parte), inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 02.084.220/0001-76, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e como

**AGENTE FIDUCIÁRIO:**

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, Estado do Rio de Janeiro, à Rua Sete de Setembro, 99 - 16º andar, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 15.227.994/0001-50, nomeado nesta Escritura e nela interveniente, representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto desta 1ª emissão,

vêm por este e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura de Emissão de Debêntures, mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

**I - DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é celebrada conforme deliberações aprovadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias da EMISSORA realizadas em 4 de novembro de 1998; 11 de dezembro de 1998; 29 de dezembro de 1999; 17 de março de 2003; 10 de março de 2006 e 06 de abril de 2006, e pelas Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 29 de dezembro de 1999, 24 de março de 2003, 10 de março de 2006 e 06 de abril de 2006.

**II - DO REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

A emissão de debêntures foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis nº 6.385, de 07/12/1976 e nº 6.404, de 15/12/1976, e demais disposições legais e regulamentares que se fizerem pertinentes.

**III - DO REGISTRO DA PRESENTE ESCRITURA**

A presente Escritura de emissão foi registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro - RJ.

**IV - DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DA EMISSÃO**

A emissão de debêntures observará as seguintes características e condições:

- 1. VALOR TOTAL DA EMISSÃO:** O valor total da emissão é de R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais), na data de emissão.
- 2. QUANTIDADE DE TÍTULOS E VALOR NOMINAL UNITÁRIO:** A emissão total é constituída de 110.000 (cento e dez mil) debêntures, numa única série, com o valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na data de emissão.
- 3. FORMA, TIPO E ESPÉCIE:** As debêntures da primeira emissão são nominativas, sem emissão de cautelas, conversíveis em ações ordinárias da EMISSORA, da espécie subordinada.
- 4. DATA DE EMISSÃO:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será o dia 04 de novembro de 1998.
- 5. PRAZO E VENCIMENTO:** Todas as debêntures desta emissão têm prazo de 132 (cento e trinta e dois meses), vencendo-se, portanto, em 04 de novembro de 2009.

**5.1.** O vencimento do pagamento das debêntures será antecipado caso ocorra a Troca de Controle da EMISSORA.

**5.2.** Para efeitos do disposto no item 5.1., considera-se "Troca de Controle" qualquer operação ou evento (ou série de operações ou eventos) que resultem na troca de Controle da EMISSORA de forma que nem (i) a Multi STS

Participações S.A., sociedade com sede na Avenida Nilo Peçanha, 11, sala 404, parte, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.441.107/0001-14 ("Multi STS") ou o Opportunity Fund, sociedade devidamente organizada e validamente existente de acordo com as leis das Ilhas Cayman ("Opportunity"), individualmente, nem (ii) a Multi STS e o Opportunity, conjuntamente, detenham a maioria dos direitos de participação com direito de voto da EMISSORA ou de outra forma detenham o Controle da EMISSORA. Para fins do disposto neste item 5.2., considera-se Controle, em relação a qualquer pessoa jurídica ou natural, nacional ou estrangeira ("Pessoa"), o poder de dirigir ou dar causa à direção da administração e políticas de tal Pessoa, seja através da propriedade de valores mobiliários com direito a voto, por contrato ou de outra forma.

**6. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO:** O preço de subscrição das debêntures será o correspondente ao valor nominal das debêntures, acrescido da base de remuneração de acordo com o item 7, adiante, desde a data da emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, calculados "pro-rata-temporis", se necessário.

6.1. Todas as debêntures desta emissão serão integralizadas à vista, em dinheiro, na data da subscrição.

**7. BASE DE REMUNERAÇÃO:** Para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação decorrente da presente emissão, a base de remuneração das debêntures será o valor correspondente à aplicação do fator acumulado das Taxas ANBID, ou seja, das Taxas de depósito bancário a prazo de maior volume de negociação conforme o tipo pré-fixado à época da sua apuração, informada pela Associação Nacional de Bancos de Investimento e Desenvolvimento - ANBID, acrescida de uma taxa de risco (spread) de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano (base anual de 360 dias), sempre calculado exponencial e cumulativamente por dias corridos, sobre o valor nominal das debêntures, capitalizado no valor correspondente à remuneração devida desde a data de emissão, ou da data de vencimento do último período de capitalização em que tenha havido pagamento efetivo do valor base de remuneração, conforme o caso. A base da remuneração será calculada da seguinte forma:

$$VR = VN \times \{ [Fn \times (1,015)^{D/360}] - 1 \}$$

onde:

VR = valor da remuneração das debêntures expresso em moeda corrente;

D = número de dias corridos entre a data de emissão, ou data de vencimento do último período de capitalização em que tenha havido pagamento efetivo do valor base de remuneração, conforme o caso, até a data de pagamento da remuneração;

Fn = fator acumulado no período de capitalização, resultante da aplicação das taxas dos sub-períodos, divulgadas pela ANBID conforme definido no item 7, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fn = (T1 \times T2 \times \dots \times Tn)$$

onde,

$$Tn = [(1 + Taxa/100)^{d/360}]^{dus/dut}$$

Taxa = taxa divulgada pela ANBID, do início do sub-período, na forma percentual, ao ano;

d = prazo da taxa divulgada pela ANBID;

dus = número de dias úteis do sub-período em curso;

dut = número de dias úteis compreendidos no prazo da taxa divulgada pela ANBID;

VN = valor nominal não amortizado das debêntures.

A partir de 01/09/2000, em decorrência da divulgação da Taxa ANBID expressa em forma exponencial de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis de acordo com o processo de padronização de expressão das taxas de juros implementado pelo Banco Central do Brasil em substituição à forma baseada em 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, o termo Tn passa a ser apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$T_n = [(1 + Taxa/100)^{dat/252}]^{252/dat}$$

7.1. Entende-se como sub-períodos os prazos definidos para a Taxa ANBID de maior volume de negociação divulgada pela ANBID, apuradas no início de cada sub-período, cujo somatório dos referidos prazos cobrirá todo o período de capitalização. Assim:

a) o primeiro sub-período inicia-se na data de emissão das debêntures e termina no último dia do prazo definido para a Taxa ANBID mais negociada, apurada na data de emissão;

b) o segundo sub-período inicia-se na data de encerramento do primeiro sub-período descrito na alínea "a" retro, e termina no último dia do prazo definido para a Taxa ANBID mais negociada nesta data de encerramento e, assim, sucessivamente, com os demais sub-períodos;

7.2. Aplicar-se-á a Taxa ANBID "*pro-rata-temporis*", por dias úteis, nos casos onde seu prazo de remuneração não coincida com a data de qualquer dos pagamentos efetuados pela EMISSORA.

7.3. Na falta de divulgação de qualquer das taxas ANBID, adotar-se-á a taxa ANBID mais negociada, relativa ao primeiro ou segundo dia útil subsequentes, obedecida esta ordem, adotando, inclusive, o prazo desta taxa para este sub-período;

a) Caso o vencimento deste prazo não coincida com um dia útil, prorrogar-se-á o mesmo até o primeiro dia útil subsequente, considerando-se, para todos os fins e efeitos, esta data como a data de encerramento deste sub-período e início do próximo sub-período;

b) No caso de indisponibilidade temporária da Taxa Anbid quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa Anbid conhecida na data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da EMISSORA quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa Anbid relativa à data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização.

7.4. Na falta de divulgação da Taxa ANBID relativa a qualquer dos dois dias indicados na alínea "7.3" retro, ou, caso, pela superveniência de norma legal ou regulamentar, a Taxa ANBID não possa vir a ser utilizada pela EMISSORA, como remuneração das debêntures, a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO definirão, no prazo máximo de 30 (trinta dias) contados da ocorrência do evento, mediante deliberação dos debenturistas em Assembleia Geral convocada e realizada especialmente para esse fim, qual será o novo parâmetro aplicável para apuração da base de remuneração das debêntures desta emissão, hipótese em que eventual rendimento devido será pago em até 05 (cinco) dias após a data da realização da referida Assembleia, "*pro-rata-temporis*".

**8. PERÍODO DE CAPITALIZAÇÃO:** Define-se por período de capitalização aquele em que o valor base de remuneração apurado em cada sub-período será capitalizado ao valor nominal das debêntures e, exceto nas hipóteses previstas nos itens 11.2 e 11.3 abaixo, será efetivamente pago na data de vencimento de cada período de capitalização. Para as debêntures da presente emissão, os períodos de capitalização terão início e vencimento, respectivamente, nas seguintes datas:

Primeiro Período:	de 04/11/1998 a 30/06/1999
Segundo Período:	de 30/06/1999 a 30/12/1999
Terceiro Período:	de 30/12/1999 a 30/06/2000
Quarto Período:	de 30/06/2000 a 30/12/2000
Quinto Período:	de 30/12/2000 a 30/06/2001
Sexto Período:	de 30/06/2001 a 30/12/2001
Sétimo Período:	de 30/12/2001 a 30/06/2002
Oitavo Período:	de 30/06/2002 a 30/12/2002
Nono Período:	de 30/12/2002 a 31/03/2003
Décimo Período:	de 31/03/2003 a 30/04/2003
Demais Períodos:	do último dia útil do período anterior ao último dia útil de cada mês

Último Período:

do último dia útil do período anterior ao dia 04 de novembro de 2009

**9. CONVERSIBILIDADE EM AÇÕES:** A partir de 17 de setembro de 1999, os debenturistas poderão, à sua opção, a qualquer tempo até a data da liquidação do débito pela EMISSORA, converter as debêntures de sua propriedade, na proporção de 500 (quinhentas) ações ordinárias do capital social da EMISSORA para cada debênture.

a) O número de ações decorrente da conversão da debênture mencionada anteriormente será ajustado em relação a desdobramentos, grupamentos ou bonificações em ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da data de emissão, sem qualquer ônus para os debenturistas, na mesma proporção estabelecida para tais eventos.

b) As ações objeto de conversão terão os mesmos direitos e vantagens estatutariamente garantidos às ações da mesma espécie e farão jus à bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da EMISSORA, a partir da data de recebimento da solicitação de conversão pela emitente, observado, em relação aos dividendos do exercício social em que forem emitidas, o seguinte: (i) as ações oriundas de conversão ocorrida entre primeiro de janeiro e trinta de junho de cada exercício social farão jus ao dividendo integral do respectivo exercício social; (ii) as ações oriundas de conversões ocorridas entre primeiro de julho e um de dezembro de cada exercício social farão jus à metade do dividendo integral do respectivo exercício social.

c) As ações ordinárias da EMISSORA possuem as seguintes características:

- i. Terão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral;
- ii. Direito ao recebimento do dividendo, conforme previsto no Estatuto Social e ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d) Sempre que a EMISSORA aumentar o seu capital com emissão de novas ações, para subscrição pública ou privada, durante o prazo para o exercício do direito de preferência porventura conferido aos acionistas da EMISSORA ou no prazo do eventual atendimento prioritário, ou na ausência de outorga do direito de preferência ou do atendimento prioritário, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação do primeiro anúncio de início de distribuição pública de ações, os debenturistas terão, a seu critério, o direito de converter as suas debêntures em ações pelo mesmo preço fixado para subscrição das novas ações.

e) Até o vencimento final da presente emissão, caso a Assembleia Geral da EMISSORA delibere emitir outras debêntures conversíveis em ações, para subscrição pública ou privada, os debenturistas detentores de debêntures desta emissão terão, a seu critério, o direito de subscrever novas debêntures de idênticas características à da presente emissão e a EMISSORA estará obrigada a emití-las, de forma a que as ações ordinárias decorrentes da conversão das novas debêntures subscreitas venha a manter inalterado o percentual de participação acionária a que faria jus o debenturista, na hipótese de conversão das debêntures.

f) Na hipótese de a Assembleia Geral da EMISSORA deliberar emitir bônus de subscrição, durante o prazo do exercício de subscrição de ações decorrentes dos bônus, os debenturistas terão, a seu critério, o direito de subscrever novas debêntures de idênticas características à da presente emissão e a EMISSORA estará obrigada a emití-las, de forma a que as ações ordinárias decorrentes da conversão das novas debêntures subscreitas venha a manter inalterado o percentual de participação acionária a que faria jus o debenturista, na hipótese de conversão das debêntures.

g) Os debenturistas que optarem pela conversão das debêntures em ações deverão apresentar solicitação escrita nesse sentido, registrando o pedido de conversão perante o SND/CETIP para fins de retirada das debêntures do sistema, devendo a empresa EMISSORA responsabilizar-se diretamente pela entrega das ações oriundas da conversão e por eventuais pagamentos em espécie de frações apuradas no processo de conversão. Na hipótese do debenturista não estar vinculado àquele sistema, deverá exercer o direito à conversão pessoalmente junto à EMISSORA, ou através do envio de correspondência registrada, com aviso de recebimento, telex ou fac-símile dirigida à emitente que, por sua vez, efetuará a conversão. A solicitação de conversão deverá conter o nome do debenturista e a quantidade de debêntures que deseja converter. Para todos os efeitos legais, considerar-se-á como data da conversão a data de recebimento da solicitação de conversão pela EMISSORA.

h) As frações de ações decorrentes da conversão efetuada serão pagas em espécie, na data da entrega das ações oriundas da conversão.

i) As ações decorrentes da conversão estarão à disposição dos acionistas em até 05 (cinco) dias úteis após a data do recebimento da solicitação da conversão pela EMISSORA.

j) No caso de solicitação de conversão das debêntures em ações, os aumentos de capital decorrentes serão realizados imediatamente e averbados na Junta Comercial da sede da EMISSORA no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes à efetivação dos aumentos, observada a forma estabelecida no inciso III do artigo 166 da Lei nº 6.404/76.

l) No caso de conversão, cessarão os direitos ao recebimento de créditos contra a EMISSORA que motivaram a conversão das debêntures.

m) O preço de emissão das ações a serem objeto da conversão das debêntures foi fixado em observância aos critérios estabelecidos pelo parágrafo 1º, do artigo 170, da Lei nº 6.404/76 e Parecer de Orientação CVM nº 01/78, considerando-se, preponderantemente, o valor patrimonial das ações. De acordo com o "caput" do item 9, cada debênture poderá ser convertida em 500 (quinhentas) ações ordinárias, o que corresponde ao preço de emissão de R\$ 2,00 (dois reais) para as novas ações. O valor patrimonial das ações constante do relatório ITR referente ao período encerrado em 30 de setembro de 1.998 (3º ITR) é de R\$ 0,83 (oitenta e três centavos de real). Tendo em vista tratar-se de emissão de título de dívida devidamente remunerado, o ágio de aproximadamente 140% (cento e quarenta por cento) sobre o valor patrimonial a ser considerado no preço de emissão das ações objeto da conversão das debêntures representa a diluição que o acionista admite justificável considerado o preço limite de emissão.

9.1. Inobstante o disposto no item 9, acima, a partir da ~~incluir a data do aditamento que incluiu o item 9.1.~~, e até a data de liquidação do débito pela EMISSORA ("Data de Vencimento das Debêntures"), os debenturistas somente poderão converter as debêntures de que sejam titulares na ocorrência de evento que configure inadimplemento a qualquer das disposições previstas na presente escritura. Verificada tal ocorrência, cada debênture será conversível em 500 (quinhentas) ações ordinárias do capital social da EMISSORA.

**10. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

**11. PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES:** Observado o disposto nas alíneas 11.2 e 11.3 desta Escritura, o valor base de remuneração, calculado na forma do item 7 acima, será pago nas datas de encerramento dos períodos de capitalização, sendo que o primeiro pagamento dar-se-á em 30 de junho de 1.999 e o último, juntamente com o principal, em 4 de novembro de 2009, ocasião do vencimento das debêntures.

**11.1. A EMISSORA** pagará "*pro-rata-temporis*" os valores correspondentes à base de remuneração, conforme item 7 acima, até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de conversão de debêntures em ações e/ou aquisição facultativa.

**11.2 PERÍODO DE CARÊNCIA:** Os valores base de remuneração, calculados na forma do item 7 acima, relativos aos seguintes períodos de capitalização não serão pagos aos debenturistas nas respectivas datas de vencimento, mas deverão ser capitalizados no valor correspondente à remuneração que seria devida aos debenturistas não fosse a existência do período de carência de que aqui se trata, para fins de cálculo dos valores base de remuneração a que as debêntures fizerem jus após o aludido período de carência:

Segundo Período:	de 30/06/1999	a 30/12/1999
Terceiro Período:	de 30/12/1999	a 30/06/2000
Quarto Período:	de 30/06/2000	a 30/12/2000
Quinto Período:	de 30/12/2000	a 30/06/2001
Sexto Período:	de 30/06/2001	a 30/12/2001

**11.3 CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO EFETIVO.** O efetivo pagamento dos valores base de remuneração das debêntures, calculados na forma do item 7 acima, relativos aos períodos de capitalização não compreendidos no período de carência de que trata a alínea 11.2 acima, fica sempre condicionado à verificação de existência simultânea das seguintes condições:

(a) Índice de cobertura da dívida (*debt service coverage ratio* - "DSCR") igual ou superior a 2,0. Para esse propósito, DSCR deve ser calculado segundo a fórmula abaixo, com base nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia

contidas no ITR - Informações Trimestrais ou no DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas, elaboradas para atendimento à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme o caso.

$$DSCR = \frac{EBITDA - IRCS - \text{Remuneração de Debêntures}}{(\text{Juros} + \text{Amortizações})}$$

onde:

**EBITDA =** (Resultado Antes da Tributação e Participações) + (Despesas Financeiras) - (Receitas Financeiras) + (Depreciação) + (Amortizações), apurado com base em demonstrações financeiras dos últimos 6 meses, especialmente elaboradas para este fim, se necessário, tendo por data base aquela do último demonstrativo financeiro enviado à Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

**IRCS =** Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social, apurada com base em demonstrações financeiras dos últimos 6 meses, especialmente elaboradas para este fim, se necessário, tendo por data base aquela do último demonstrativo financeiro enviado à Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

**Remuneração**

**de Debêntures =** Valor base de remuneração apurado no vencimento de cada período de capitalização;

**Amortizações =** Amortizações do principal relativo a empréstimos ou financiamentos a serem contraidos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, ou outra instituição nacional ou internacional de fomento ao desenvolvimento, com repasse dos recursos pelo Unibanco - União de Bancos Brasileiros S. A. ou outra instituição financeira. As amortizações, para efeito do DSCR, corresponderão ao somatório das parcelas vincendas até o final do próximo semestre do ano civil devidas ao BNDES, BID ou outra instituição de fomento ao desenvolvimento, apuradas com base na declaração da empresa EMISSORA e confirmada por escrito pelo Unibanco, outra instituição financeira envolvida ou pelo BNDES;

**Juros =** Juros provisionados para os próximos 6 meses a partir das datas dos períodos de capitalização, com base nas taxas de juros e outros encargos constantes nos contratos de empréstimos e financiamentos contraidos pela sociedade EMISSORA junto ao BNDES, BID ou outra instituição de fomento ao desenvolvimento econômico, informados pela empresa e confirmados pelo Unibanco ou outra instituição financeira envolvida ou pelo BNDES;

(b) manutenção da relação de Dívida Financeira sobre EBITDA de no máximo 3,5; sendo o EBITDA apurado com base em demonstrações financeiras dos últimos 12 meses, especialmente elaboradas para este fim, se necessário, tendo por data base aquela do último demonstrativo financeiro enviado à Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Para esse propósito, "Dívida Financeira" significará o total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo contraidos pela Companhia junto a Instituições Financeiras, com base nas últimas demonstrações financeiras auditadas da Companhia contidas no ITR - Informações Trimestrais ou no DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas, elaboradas para atendimento à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme o caso, relativos, respectivamente, ao trimestre ou exercício social anteriores, dos quais prevalecerá sempre o mais recente.

Caso, em qualquer período de capitalização, o índice de DSCR da Companhia seja inferior a 2,0 ou a relação da Dívida Financeira sobre EBITDA supere 3,5, os valores base de remuneração relativos ao período de capitalização em questão não serão pagos aos debenturistas na respectiva data de vencimento, mas deverão ser capitalizados no valor correspondente à remuneração que seria devida aos debenturistas caso a Companhia houvesse satisfeito as condições impostas nesta alínea 11.3, de forma a integrar a base de cálculo para fins de apuração dos valores base de remuneração a que as debêntures fizerem jus a partir de então, nos períodos de capitalização subsequentes.



Caso, até a data do vencimento das debêntures, 4 de novembro de 2009, as condições previstas para o pagamento efetivo da remuneração das debêntures fixadas nesta cláusula não tenham sido atingidas, o montante total do valor capitalizado das debêntures até a data do vencimento deverá ser pago integralmente aos debenturistas.

**12. AQUISIÇÃO FACULTATIVA:** A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal, acrescido da base de remuneração na forma do item 7, *pro rata tempore*, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76. Nesta hipótese, os juros remuneratórios devidos pela EMISSORA serão acrescidos ao valor das debêntures adquiridas, as quais poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou ser novamente colocadas no mercado.

**13. JUROS DE MORA:** Ocorrendo inpontualidade no pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, além dos juros remuneratórios, tal como estabelecidos na Escritura de emissão das debêntures, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

**14. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS:** O não comparecimento de debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas na Escritura de emissão, não lhe dará o direito ao recebimento dos rendimentos no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

**15. NEGOCIAÇÃO:** A presente emissão será registrada para negociação no mercado secundário, através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

**16. LOCAL DE PAGAMENTOS:** Os pagamentos referentes ao principal e aos juros remuneratórios a que fazem jus às debêntures desta emissão serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou na sede da sociedade EMISSORA, na hipótese de debenturista não estar vinculado a este sistema, ou ainda, em Instituição Financeira contratada para tal fim.

**17. PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA:** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos, no jornal Monitor Mercantil, em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências na vida da debênture.

## **V - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

### **1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:**

- 1.1) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;
- 1.2) qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada;
- 1.3) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade do envio destas informações à CVM.

2. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

3. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas as demonstrações financeiras previstas no art. 176 da Lei nº 6.404/76.

4. Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que preste este serviço.

5. Não pagar dividendos, salvo o disposto no Artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora.
6. Não realizar operações fora de seu objeto social observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes.

## VI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA constitui e nomeia **AGENTE FIDUCIÁRIO** da emissão objeto desta Escritura, **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA** retro qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a EMISSORA, a comunhão dos titulares das debêntures.

### 1. Declaração

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) estar ciente das disposições contidas na Circular nº 1.832, de 31.10.90, do Banco Central do Brasil.
- A EMISSORA também declara não ter qualquer ligação com o **AGENTE FIDUCIÁRIO** que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

### 2. Remuneração

Será devido ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) Parcelas anuais antecipadas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo a 1ª devida no 1º dia útil subsequente à data da concessão do registro de emissão junto à CVM, e as demais nas mesmas datas dos anos seguintes.
- b) As parcelas do item "a" acima serão atualizadas anualmente pela variação do IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da data de pagamento da primeira parcela anual, até a data de seu efetivo pagamento, calculadas "pro-rata die", se necessário.
- c) A remuneração acima será devida até o cancelamento das debêntures e mesmo após o vencimento, caso o **AGENTE FIDUCIÁRIO** esteja atuando na cobrança de inadimplência não sanada pela EMISSORA.
- d) As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadas necessárias ao exercício da função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a serem cobertas pela EMISSORA.
- f) Todas as despesas com procedimentos legais, em que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciais nas ações propostas pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do **AGENTE FIDUCIÁRIO** na hipótese da EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por mais de 60 (sessenta) dias.

- g) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura.
- h) As parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

### 3. Substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia de Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem ao menos 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

- Parágrafo Primeiro -** Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.
- Parágrafo Segundo -** É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.
- Parágrafo Terceiro -** A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83 e eventuais normas posteriores.
- Parágrafo Quarto -** A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à Escritura de emissão, devendo tal aditamento ser averbado no registro de imóveis no qual foi registrada a presente Escritura.
- Parágrafo Quinto -** O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.
- Parágrafo Sexto -** Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.

### 4. Deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO

Além de outros previstos em Lei ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos Distribuidores Cíveis, da Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da EMISSORA;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- j) convocar, quando necessário, a assembleia de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 18 da Cláusula IV;
- k) comparecer à assembleia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar o relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
  - l.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;
  - l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - l.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - l.4) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
  - l.5) resgate, amortização e pagamento de juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela EMISSORA;
  - l.6) constituição e aplicação do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
  - l.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;
  - l.8) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - l.9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;
  - l.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO; e,
- m) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:
  - m.1) na sede da EMISSORA;

- m.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- m.3) na CVM;
- m.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- m.5) nas instituições financeiras que liderarem a colocação das debêntures.
- n) publicar, nos órgãos de imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 18 da Cláusula IV, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea "m" acima;
- o) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à EMISSORA;
- p) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas parcialmente;
- q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- r) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:
  - r.1) à CVM;
  - r.2) às Bolsas de Valores, quando for o caso;
  - r.3) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

## 5. Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO

O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) Declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;
- c) Requerer a falência da EMISSORA;
- d) Representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

**Parágrafo Primeiro -** O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na letra "a" acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura.

**Parágrafo Segundo -** O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" do caput deste item se, convocada a assembleia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea "d" do caput deste item.

## **6. Despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO**

O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

**Parágrafo Primeiro -** A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

**Parágrafo Segundo -** O ressarcimento, a que se refere esta cláusula, será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção aos direitos dos portadores dos títulos.

## **VII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS**

Os titulares das debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, a fim de deliberarem sobre qualquer matéria de interesse da comunhão dos debenturistas;

**Parágrafo Primeiro -** A assembleia dos debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação, ou pela CVM.

**Parágrafo Segundo -** Aplicam-se à assembleia de debenturistas, no que couber, a regra estabelecida na Lei nº 6404/76 para a assembleia geral dos acionistas da EMISSORA.

**Parágrafo Terceiro -** A presidência da assembleia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das debêntures ou aquele que for designado pela CVM.

**Parágrafo Quarto -** Em qualquer caso o AGENTE FIDUCIÁRIO comparecerá à assembleia dos debenturistas, prestando-lhes as informações que lhe forem solicitadas.

**Parágrafo Quinto -** A assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação e, em segunda convocação com qualquer número.

**Parágrafo Sexto -** Nas deliberações da assembleia cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

**Parágrafo Sétimo -** Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da presente Escritura, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.

**Parágrafo Oitavo -** Para efeito da constituição do "quorum" a que se refere o parágrafo anterior, serão excluídas do número de debêntures em circulação, as pertencentes à EMISSORA.

**IX - DO FORO**

O foro da presente Escritura será o central da Cidade do Rio de Janeiro, RJ, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura."

(término do texto da Escritura Consolidada)

E, por estarem justos e contratados, assinam a presente em 6 (seis) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, [ ] de [ ] de 2006.

EMISSIONA:

SANTOS BRASIL S.A.

AGENTE  
FIDUCIÁRIO:

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

TESTEMUNHAS:

Nome:

Identidade:

CPF:

Nome:

Identidade:

CPF:

